

**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE
SAÚDE – CNS**

Aos oito dias do mês de junho de dois mil e dez, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde Omilton Visconde, Ministério da Saúde, Bloco G, Edifício Anexo, 1º andar, ala “B”, Brasília, Distrito Federal, realizou-se a Quadragésima Sexta Reunião Extraordinária do CNS. Verificado o quorum a reunião iniciou-se com o Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, submetendo à apreciação do Pleno a pauta da reunião que foi aprovada em seus termos. **Deliberação:** Pauta aprovada. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, antes de entrar na discussão do primeiro ponto da pauta, apresentou Portaria do Ministério da Saúde nº 1034/2010 que foi editada sem uma série de dispositivos de proteção do usuário entre outros contrariando os princípios do SUS e solicitou ao Plenário que ainda nesta reunião possa-se fazer um documento de agravo nesse sentido. O Conselheiro **José Marcos de Oliveira** solicitou que os referidos documentos e Portarias sejam disponibilizados aos conselheiros para que se possa trabalhar em uma proposta a respeito do assunto. Em tempo, o **Conselheiro José Marcos de Oliveira** registra ainda a sua insatisfação pela ausência de tantos conselheiros no horário determinado para o início dos trabalhos do CNS. Passou-se a apresentação do **ITEM 01 – Secretaria de Saúde Indígena**. Apresentação e Deliberação: **Antônio Alves de Souza** – Secretário de Gestão Estratégica e Participativa – SGEP/MS. **Valdenir Andrade França** – Coordenador da Comissão Intersectorial de Saúde Indígena – CISI. Coordenação: **Clóvis Adalberto Boufleur** – Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Antônio Alves de Souza**, Secretário de Gestão Estratégica e Participativa - SGEP/MS iniciou a exposição do assunto pelo histórico dos GT de Saúde Indígenas desde a sua criação, feita pelas portarias 3034/GAB/MS e 3035/GAB/MS, contando com a realização de 4 Seminários Regionais em 2009, a assinatura do Decreto nº. 6878/2009, o encaminhamento do trabalho do GT ao Ministro da Saúde que o envia ao MPOG em 27/08/2009, a assinatura e o envio ao Congresso Nacional da Medida Provisória nº. 483/2010, até o início dos trabalhos de transferência das ações de Saúde Indígena da Funasa para o MS, feito pelos mesmo órgãos; em seguida apresentou a estrutura do grupos de trabalho que são constituídos por 26 membro, sendo 17 indígenas e 9 não indígenas, coordenados pelo senhor Antônio Alves de Souza e com o objetivo de realizar a transferência das ações de atenção à saúde dos povos indígenas da Funasa para o MS; prosseguindo apresentou as premissas para o trabalho do GT que passam pela decisão política da transferência da Funasa para o MS, as ações e os serviços de atenção à saúde indígena seguirão a Lei 9836/99, cabendo à União e aos órgãos responsáveis pelas políticas indigenista o financiamento do Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, o MS promoverá a articulação entre o Sistema e os órgão de Política Indigenista, sendo que os Estados, Municípios e os órgãos governamentais, ou não, podem ajudar complementarmente no custeio e na execução dessas ações, o modelo de atenção a saúde deverá ser inculturado, o Subsistema de Atenção à Saúde terá como princípios a universalidade, a integralidade, a equidade, participação da comunidade, descentralização e regionalização, o Subsistema terá como base os DSEI, o SUS poderá modificar sua estrutura para melhor atender ao Subsistema, o acesso das populações indígenas aos serviços e ações do SUS deverão ser assegurados, os indígenas terão o direito de participar dos órgãos colegiados, o MS e a Funasa devem promover a aplicação do decreto 6878/2009; seguindo, a organização do GT contará com a criação de subgrupos de trabalho para a transferência das ações do DESAI para o MS, organização da Secretaria Especial de Saúde Indígena, integração do Sistema de Informação das Ações de Saúde Indígena, elaboração de propostas de criação na CIT e CIB das Câmaras Técnicas de Atenção à Saúde Indígena, da viabilização da autonomia da DSEI, realização de Seminários Regionais e para diagnosticar a situação atual de saneamento básico da DSEI; neste ponto da exposição foi feita uma síntese do trabalho construído que especificou os passos para a autonomia do DSEI, o Programa de Proteção e Promoção dos Povos Indígenas foi apresentado começando pelas ações de gestão do programa, o que foi feito para a estruturação das unidades de saúde, promoção da integração dos sistemas de informação SIASI e DATASUS, criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), revisão da portaria MS/GM nº. 1235/2008, criação da carreira ligada à saúde indígena ou o ingresso em outra carreira já existente, mas com remuneração

diferenciada; após a síntese o Decreto 6878/2009 foi mostrado rapidamente; a Medida Provisória 483/2010 também foi apresentada com mais detalhes; o próximo ponto da fala focou-se nas medidas adotadas pelo MS e pela Funasa para realizar a transição, este procedimento possui a coordenação da Dr. Márcia Bassit; sucintamente passou-se pela competência da SESAI; passou-se ainda pelo DSEI apresentando as suas competências, estrutura organizacional dentre outros; ainda foi apresentado o financiamento da saúde indígena apresentando todas as suas fontes nacionais e internacionais juntamente com a finalidade destes recursos como por exemplo a capacitação de recursos humanos; nesta linha foi apresentado as propostas para capacitação e seleção de recursos humanos; as Comissões Intergestores foram mostradas sucintamente; apresentou-se a preocupação com o fortalecimento da participação e do controle social. Em seguida, o Conselheiro **Valdenir Andrade França**, Coordenador da Comissão Intersectorial de Saúde Indígena – CISI, acrescentou comentários a fala anterior dizendo que a FUNASA não tem cumprido o seu papel de promoção da Saúde Indígena e ainda tem sido foco de corrupção, todavia, apesar disso, destacou que a proposta dos Povos Indígenas não é pelo fechamento da FUNASA e que a população indígena não está armada com bordunas pronta para a guerra, mas disposta ao diálogo e à construção conjunta de uma realidade que beneficie a Saúde Indígena. **MANIFESTAÇÕES:** A Conselheira **Jurema Pinto Werneck** iniciou a sua fala parabenizando a ação do Ministério da Saúde relatada pelo Conselheiro **Antônio Alves de Souza** em favor da população Indígena seguiu com a constatação de que ainda que o MS falhe em alguns pontos em outros ele atua bem e com seriedade. Dando sequência, constatou na história do SUS uma ausência do princípio da equidade e manifestou a sua preocupação com a reorganização do órgão citado, pois teme entraves burocráticos. O Conselheiro **José Rubens Rebelatto** também parabenizou ao Ministério da Saúde, mas pediu ao mesmo Ministério que trabalhasse em parceria com o Ministério da Educação. Apontou que os hospitais universitários deveriam atender às populações indígenas o que configuraria uma política de assistência. O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva** reforçou as congratulações ao trabalho realizado e colocou algumas questões importantes que foram em primeiro lugar como ficaria o orçamento da Funasa, em seguida como esta a articulação entre as secretarias e os gestores e, por fim, com a estruturação da SESAI o que de ser feito com as ONGs. O Conselheiro **José Marcos de Oliveira** apresentou também os parabéns ao trabalho apresentado e afirmou que está de acordo com as palavras dos conselheiros que o antecederam. Por sua vez, ele indagou como o CONASS e os CONASEMS vêm este desafio que é proposto. A Conselheira **Ruth Ribeiro Bittencourt** manifestou a sua satisfação em relação ao trabalho realizado pelos conselheiros **Valdenir Andrade França**, **Antônio Alves de Souza** e Camila. Ela ressaltou a sua preocupação que a necessidade de processo seletivo, já que se essa questão não for levada a sério pode complicar a realização do trabalho. O Conselheiro **Edemilson Canale** declarou que a proposta dos Povos Indígenas, em princípio, não é dissociar o atendimento do SUS seja indígena ou não, mas que o sistema cumpra com as suas atribuições legais, em segundo, seria muito bom não criarmos mais leis, mas efetivar as leis existentes e transformá-las em ações e em especial nas aldeias. Reconheceu os avanços ocorridos quando a atribuição da saúde indígena era da FUNAI, quando passou para a Funasa e agora que esta competência será atribuída ao MS, mas solicitou que não se pare por aí e se implemente outras questões sanitárias. Solicitou mais uma vez o apoio do CNS e MS e afirmou que os Povos Indígenas se pintarão para festa quando da criação da Secretaria de Saúde Indígena. O Conselheiro **Nadir Francisco do Amaral** citou os Indígenas que estão no meio urbano (grandes Centros) e observou que os mesmos não têm sido atendidos de forma apropriada e indagou sobre como vai fazer esse atendimento de forma adequada. A Conselheira **Maria de Lourdes Alves Rodrigues** ratificou a necessidade de compor as políticas do SUS e não de ter um sistema à parte e manifestou a sua satisfação de ver o movimento de inclusão da população Indígena na política de atendimento, além da inclusão digital. O Conselheiro **Abrahão Nunes da Silva** pediu desculpas pelo atraso e manifestou a sua preocupação com as populações indígenas mais afastadas de seus meios naturais. A Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos** também parabenizou o excelente trabalho e mencionou um encontro em 2006 que discutiu os direitos das mulheres e ressaltou a presença de mulheres índias. Citou a violência contra a mulher indígena e defendeu a necessidade de uma mudança de mentalidade no trato da saúde da mulher indígena por parte de profissionais de saúde e pelo próprio indígena. A Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** citou o descaso como foi tratado o assunto no passado e manifesta a sua alegria de ver que a ação apresentada é muito positiva e reputa a sua concretização ao fato da sensibilidade do Conselheiro **Antônio Alves de Souza**. O Conselheiro **Valdenir Andrade França** reafirma o desejo dos Povos Indígenas de promover parcerias no sentido de construção de um processo novo do SubSistema de Atendimento Indígena. O Conselheiro **Antônio Alves de Souza** agradeceu as manifestações tão carinhosas de apreço e respondeu às questões colocadas. A começar da menção da Conselheira **Jurema Pinto Werneck** o Conselheiro ponderou questões relacionadas às dificuldades que se encontra para tratar de um indígena a começar pelo acesso a esse, o deslocamento até as tribos, a assistências que se presta nas cidades, o desafio de se conseguir uma equidade fica aí. Depois à

colocação do Conselheiro **José Rubens** foi apresentada a mudança de visão que leva a pensar o subsistema como um campus avançado para a formação de profissionais que possam trabalhar na área indígena e acerca da Articulação é preciso rever as relações do SUS com os municípios e estados, em relação às ONGs ir quebrando o vínculo paulatinamente por conta dos concursos. Em resposta a Conselheira **Ruth** a contratação temporária deve ser supervisionada pela necessidade que o sistema apresenta dela e à pergunta do Conselheiro **José Marcos de Oliveira** somente o CONASS e o CONASEMS podem responder. A do Conselheiro **Abrahão** a questão dos aldeados foi respondida de maneira demográfica e dos não aldeados ressaltou-se a necessidade de não excluí-los do SUS e à Conselheira **Graciara** houve um consentimento de que é interessante haver mudança de mentalidade para se avançar nas políticas e por fim à **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos** a cultura indígena foi apresentada e pontuada a sua diferença em relação às demais culturas. A Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos** replicou indagando o caráter mutável que existe nas culturas. O Conselheiro **Antônio Alves de Souza** finalizou agradecendo a oportunidade de discutir estas questões. O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva** frisou que as questões colocadas tiveram caráter de simples pedidos de esclarecimentos do assunto com o objetivo de qualificar a discussão e por fim candidatou-se a acompanhar o Secretário em próxima viagem. O Conselheiro **Valdenir França** agradeceu a todos. **Deliberação:** Apoio à criação da Secretaria de Saúde Indígena. Em tempo, o Conselheiro **José Marcos de Oliveira** convocou o segmento de Usuários para uma reunião ao final da reunião de hoje. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior - Presidente do CNS** ressaltou que o Seminário de Nutrição estava interessante e que o conselho estava lá e bem representado. O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva – CONASS** justificou a ausência no período da manhã em razão de compromisso com representação do CONASS em seminário de Regulação, e Promoção de Saúde, de brasileiros e brasileiras. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior – Presidente do CNS** apresentou o pedido de apoio do Fórum Nacional em Defesa à ADIN que Contesta a Legalidade das OS's no Supremo Tribunal Federal e solicitou autorização para seguir representando o CNS no referido fórum, haja vista que o posicionamento do CNS é claro à favor da referida ADIN e contrário a legalidade das OS's. A Conselheira **Ruth Ribeiro Bittencourt** ponderou acerca de uma mobilização por parte das 48 entidades com assento no CNS com o objetivo de assinar-se o abaixo assinado em favor da referida ADIN. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior - Presidente do CNS** passou ao Item 2 compondo a Mesa. **ITEM 02 – Farmácia Popular no Brasil - Apresentação e Deliberação:** **José Miguel do Nascimento Júnior** – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos. **Rilke Novato Publio** – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS. Coordenação: **Francisco Batista Júnior** – Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, apresentou algumas considerações introdutórias sobre o assunto que justificaram a realização do presente debate. O Senhor **José Miguel do Nascimento Júnior** – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – iniciou a sua apresentação sob o título “O Programa Farmácia Popular como uma Estratégia” que consistiu em apresentar o Programa Farmácia Popular como uma estratégia para a ampliação do acesso a medicamentos; os compromissos existentes do programa que giram entre ampliação do acesso à medicamentos, do desenvolvimento de tecnologia, regulação dentre outros; os gastos orçamentários em relação aos medicamentos de 2002 à 2009; o histórico do programa desde o seu lançamento, passando pelos parceiros como a Fiocruz até a rede diferenciada de farmácias; os números de atendimentos por ano, o crescimento das farmácias; o ampliamto do programa em 2006; o número de estabelecimentos credenciados; os investimentos do MS; a avaliação de programas sociais do Governo Federal. **Rilke Novato Publio** – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS fez a sua apresentação sob o título “Farmácia Popular” que consistiu em apresentar as diretrizes; as preocupações apontadas com as farmácias e os debates feitos pelo Minas Resiste; os números favoráveis do programa e os gastos com medicamentos; a Portaria nº. 491/06; o sucesso das vendas e as denúncias que houveram em Minas Gerais; as medidas que o MS tomou dada a ocorrência de fraudes; os dados do mercado farmacêutico no Brasil, perfil de consumo de medicamentos; a dispensação de medicamentos no Brasil. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, propõe que o horário regimental se estenda até às 13h00. **Manifestações:** O Conselheiro **Clóvis Adalberto Bouffleur** contribuiu com o debate declarando que a população tem manifestado a sua satisfação quanto ao programa e indagou a questão da falda geriátrica nas farmácias populares. A Conselheira **Zilda de Faveri Vicente Souza** pediu esclarecimento sobre menção específica aos portadores de Alzheimer no programa Farmácia Popular. O Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos** citou a noção de política pública que o programa ganhou e que o CNS se manifeste a respeito de uma mudança do conceito desse estabelecimento o que lhe garanti a continuidade independente de governos. A Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** cumprimentou à Mesa Diretora por trazer este tema tão relevante que toca a todos e indagou sobre a questão da oncologia. O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva** afirmou que o que dificulta mais o trabalho da Anvisa (representante da ANVISA -

Pedro Ivo) para disciplinar os comércios de medicamentos desde a venda até os tipos de medicamentos. O Conselheiro **José Marcos de Oliveira** parabenizou os palestrantes e indagou como é a relação das farmácias populares com os governos estaduais, a relação da ANVISA com a produção de medicamentos no Brasil. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, teceu considerações sobre o orçamento da Saúde onde se vê progressão nos últimos anos, no entanto não se vê essa progressão na ponta, na população. Considera que o CNS deve elaborar um documento pedindo que o MS resolva essas contradições. O Senhor **José Miguel do Nascimento Júnior** – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – passou a responder às colocações feitas pelos conselheiros, mas antes pediu o posicionamento do Senhor **Rilke** a respeito das sugestões que esse havia dado para implementar as parcerias que são feitas, as fraudes foram interpretadas como decorrentes de brechas na legislação vigente o que auxilia no entendimento dos dados de iniquidade mais recentes; fraudas (idosos) seria necessário fazer um critério para dentro do orçamento incluí-las; alzheimer a Rename não entra nesse assunto; oncologia possui uma política mais específica e por isso seria necessário indagar de profissionais mais capacitados; Rename possui atualizações anuais; o complexo produtivo já possui parcerias e dentro de pouco tempo possuiremos alguns medicamentos sem a necessidade de compra. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, esclareceu que não foi firmado que o Farmácia Popular resultava na falta de medicamentos nos postos de saúde. **Rilke Novato Publio** – Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social – CNTSS complementou a sua fala respondendo que as ações em um sitesma que se propõe universal seria equivocada, uma vez que demanda investimentos, mas que isso vem sendo superado. O Senhor **Pedro Ivo**, representante da ANVISA, respondeu atendendo solicitação do Conselheiro **Jurandi Frutoso Silva** que do ponto de vista da ANVISA o debate se situa no acesso aos medicamentos e a qualidade do acesso pensando-se na promoção do uso racional. A ANVISA ainda deu prazos para a adequação das farmácias que funcionam no Brasil, pensando no atendimento, por isso da retirada de alguns produtos das gôndolas para trás dos balcões e do oferecimento de serviços como a aferição de pressão arterial e nebulização dentre outros. Ele ainda demonstrou a preocupação com o aparecimento de medicamentos falsificados nas farmácias. A Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** se retratou pela questão da oncologia. O Senhor **José Miguel do Nascimento Júnior** – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – afirmou não ser a questão da sua alçada e por isso não se manifestou ao seu respeito até por uma questão de zelo. A Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** solicitou então a convocação de um especialista em oncologia para os debates. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Bouffleur** afirmou que seria dado apoio ao senhor **José Miguel do Nascimento Junior**. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, solicitou esclarecimento ao Senhor **José Miguel do Nascimento Júnior** – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – dos impactos dos insumos como fraudas para o orçamento das farmácias populares. O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva** corroborou informando que gostaria que a parceria com a Fiocruz fosse melhor explicada. O Senhor **José Miguel do Nascimento Júnior** – Diretor do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos – informou que a Fiocruz apóia, mas não é vinculada ao programa das Farmácias Populares, pois a legislação vigente não prescreve isso. **DELIBERAÇÃO: Aprovados os seguintes encaminhamentos:** 1. Enviar solicitação ao Ministério da Saúde acerca da participação da Fiocruz na Política da Farmácia Popular no Brasil; 2. Convidar a Dra. **Maria Inês Gadelha** para a Mesa Diretora de julho para falar sobre medicamentos de alto custo; 3. Solicitar à COFIN um atestado sobre o Impacto da Farmácia Popular no Orçamento da Saúde; 4. O Presidente **Francisco Batista Júnior** elaborará um documento acerca do tema com todas as contribuições do Pleno. Em seguida, o Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, agradeceu a presença dos convidados e suspendeu os trabalhos para o intervalo do almoço. Retornados os trabalhos no período da tarde passou-se à apreciação do **ITEM 03 – Cartão SUS** - Apresentação e Deliberação: **Ilara Hämmerli Sozzi de Moraes** – Comissão Intersetorial de Comunicação e Informação em Saúde – CICIS. Coordenação: **Jurema Pinto Werneck** – Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior** – Presidente do CNS abriu os trabalhos da tarde convidando o Conselheiro **Volmir Raimondi** para coordenar a Mesa de trabalho. O Conselheiro **Volmir Raimondi** esclareceu que o ponto de pauta para o momento seria o Cartão SUS, mas por motivo de força maior não foi possível que os painelistas estivessem presentes, logo, não haverá esta apresentação ficando este item prejudicado. A Secretária-Executiva **Rozangela Fernandes Camapum** reiterou a referida dificuldade em se trazer os painelistas. **MANIFESTAÇÕES:** O Conselheiro **José Marcos de Oliveira** manifestou a sua insatisfação quanto a não realização da discussão do Cartão SUS. Apresentou, ainda, proposta de convocação da Secretaria-Executiva do MS via Ministério Público. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Bouffleur** também manifestou a sua insatisfação pelo fato de a discussão acerca do Cartão SUS não ter ocorrido de maneira satisfatória por parte do MS. O Conselheiro **Artur Custódio Moreira de Souza** concordou com o encaminhamento do Conselheiro **Clóvis** sugerindo ainda que o

debate fosse feito com os presentes para assim forçar a participação do MS. A Conselheira **Cleuza de Carvalho Miguel** reclamou também da ausência da Secretária-Executiva do CNS na reunião da CIP. **Rozângela Fernandes Camapum**, Secretária-Executiva do CNS, esclareceu que não houve qualquer comprometimento anterior de participação da Secretaria-Executiva em reunião da CIP mas sim que o debate seria feito no Pleno e não na comissão. O Conselheiro **Volmir Raimondi** convidou o Presidente do CNS para ambos darem início aos trabalhos. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, relatou as dificuldades em relação à discussão do Cartão SUS. E afirmou que os problemas ligados à esse debate estão ligados ao seu alcance principalmente no que diz respeito ao controle de responsabilidades até do próprio MS. No caso desse debate não acontecer na próxima reunião o Presidente apoiaria a busca de outros caminhos e que qualquer debate que se queira fazer no presente momento está prejudicado em razão da não informação por parte do MS. O Conselheiro **Volmir Raimondi** relembra a proposta de encaminhamento. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior** sugere uma oitiva entre os membros presentes. O Conselheiro **Volmir Raimondi** abriu oportunidade para oito inscrições: Santinha(Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos), Abrahão, Clóvis, Sílvia Casagrande, Luiz Anibal Vieira Machado, Jurema, Ronald e Jovita. A Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos(Santinha)**, relembra que não é de agora que o Conselho quer a unificação do Cartão SUS. E reclama do fato do debate não andar pela não presença dos representantes do MS. O Conselheiro **Abrahão Nunes da Silva** recorda da necessidade do controle dos trabalhos do SUS que poderia ser feito pelo cartão, mas relembra que isso fere os interesses de grandes grupos e que talvez isso atrapalhe a discussão e o controle social que se pretende com essa proposta. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur** pontuou três aspectos da discussão o primeiro ligado à emissão física de cartões, pois o processo não foi bem feito, o segundo à qualidade das informações, pois os dados dos usuários precisam ser atualizados e o terceiro é a limitação do MS em gerir as informações do cadastro único dada até a quantidade de cartões temporários. A Conselheira **Sílvia Casagrande** explicou que não está lá como conselheira, pois a sua suplente está na reunião. Referente ao tema do Cartão SUS, ela afirmou que a mais de um ano ela pede que ele seja pautado, pois a toda hora aparecem notícias em jornais que mostram notícias que o Conselho as vezes desconhece. Ela ainda sugere que o DATASUS os auxilie no que lhe for pertinente. O Conselheiro **Luiz Anibal Vieira Machado** afirma que no Sul o Cartão do SUS é exigido e por isso existem pessoas que não são atendidas por falta de cartão. Ele ainda sugere a informatização do sistema. A Conselheira **Jurema Pinto Werneck** afirmou que o tema do Cartão SUS não deve se limitar apenas ao fato dele constar na pauta. É preciso o Conselho se mobilizar, levantar informações e não se limitar as dadas pelo MS. Pautar o problema é apenas um passo de outros que podem ser dados. O Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos** acredita que outros debates devam ser aprofundados e que o do Cartão SUS é um deles. A integração dos sistemas, além da informatização devem passar pelos debates. E a gestão da informação dentro deste processo deve ser também pautada. A Conselheira **Jovita** propõe o uso do sistema nacional de auditoria SUS. O Senhor **Regis** – Presidente de Plenárias de Saúde – ressaltou que 95% da população de Sergipe possui o cartão e que lá não se realiza atendimento sem o mesmo. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, após o exposto conclui que é preciso fazer um levantamento em relação aos cadastros dos cartões. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur** lembrou que no site do SUS existem informações sobre os cartões. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, concluiu que em alguns municípios o Cartão serve mais como instrumento de coerção do que de regulação. O Conselheiro **Volmir Raimondi** solicita que um ofício seja encaminhado ao Ministro da Saúde. O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva** lembrou que o cadastro foi feito já em 1997, que o que falta são os cartões físico e os terminais. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior**, Presidente do CNS, lembrou que a proposta era de que os terminais além de oferecerem o serviço fossem descentralizados para cada municípios. O Conselheiro **Volmir Raimondi** se lembrou de problemas ligados a manipulação das informações deste cadastro. O Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos** informou que o problema agora não é o material, mas a gestão da informação. O Conselheiro **Volmir Raimondi** – encerra deste modo este ponto da pauta com os encaminhamentos propostos. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur** indagou quem fará o levantamento. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior** propõe que a Comissão de Comunicação faça o levantamento e passa a palavra para Cleuza. A Conselheira **Cleuza de Carvalho Miguel** informou que a CIP também pediu informações acerca do Cartão do SUS. A Conselheira **Ruth Ribeiro Bittencourt** lembrou que essa questão tem que ser vista com todos.

DELIBERAÇÃO: Aprovado: 1. Encaminhar ao DATASUS pedido de informação acerca do cadastro do Cartão SUS nos Estados e Municípios; 2. Que a comissão de Comunicação faça o levantamento da situação do Cartão SUS; 3. Pautar o tema na reunião de julho. Passou-se ao **ITEM 04 – A) Projeto de Lei do Senado nº. 338, de 2007 – medicamentos; - B) GT/RJ; - Informe CIEH; C) Informe CIEH; D) Indicação - Coordenação Adjunta de Comissão; E)- Informes e Indicações.** Apresentação e Deliberação: **Rozângela Fernandes Camapum** – Secretária Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Coordenação: **Volmir Raimondi** – Mesa Diretora do Conselho Nacional de Saúde.

O Conselheiro **Volmir Raimondi** pediu para aguardar os encaminhamentos da Secretária-Executiva do CNS. **Rozângela Fernandes Camapum** – Secretária-Executiva do Conselho Nacional de Saúde apresentou o primeiro informe que necessita de deliberação do CNS. A) **Projeto de Lei do Senado nº. 338, de 2007 – medicamentos** – informou sobre um relatório elaborado pela Assessora Parlamentar do CNS a respeito onde dispõe sobre a assistência terapêutica e a incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do SUS. E ainda que o substitutivo foi aprovado com alterações no Senado e agora irá para a Câmara Federal. Entretanto, dado o recesso de julho o que se prevê é a retomada da trâmite na Câmara federal apenas a partir de agosto. Portanto, a Comissão discutiu e tem propostas a serem apresentadas ao Pleno em julho, á exemplo da questão dos insumos como filtro solar para os albinos. O que se propõe é que a Comissão trabalhe em proposta completa de alteração para apresentação posterior ao Pleno. E por deliberação do CNS a fala da Secretária-Executiva do CNS vai aqui transcrita integralmente: “O Projeto de Lei número 338 de 2007 do Senador Flávio Arns, é uma demanda da Conselheira Rosângela da Comissão de Patologia, depois a Cleuza pode complementar, ele está no servidor, tem dois materiais no servidor na letra 3ª, no item 3 letra A, que é um resumo Que a nossa assessora parlamentar Alessandra que está aqui presente, Alessandra, levanta para todos te conhecerem, alguns acho que não conhecem ainda, é uma excelente assessora e tem nos ajudado muito no Congresso Nacional em todas as nossas demandas. Então, ela fez esse relatório que vocês têm aí no servidor, onde ele dispõe sobre a assistência terapêutica e incorporação de tecnologia em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde. O substitutivo dele foi aprovado com alterações no Senado, e está sendo encaminhado para a Câmara dos Deputados. Na Câmara, ele ainda não foi distribuído nas comissões e ainda, portanto, não tem relatoria. A comissão discutiu esse projeto profundamente e tem algumas propostas de alterações do projeto. O que eu conversei com a Conselheira Rosângela, era que a comissão trabalharia por e-mail daqui para a próxima em julho nas propostas concretas para serem apresentadas no Pleno de julho o que realmente a comissão entende que é necessário alterar no projeto. Então, ela se comprometeu a estar trabalhando, o Pleno aprovaria que a comissão trabalhe na proposta concreta de alteração, apresentaria no mês de julho porque como agora vai entrar em recesso, já está no final, esse projeto com certeza não vai andar, só a partir de agosto, então agora junho e julho, não vai caminhar nessas comissões, não vai ter continuidade. Então dá para a comissão trabalhar, ver exatamente que pontos ela deve alterar, a gente apresenta no Pleno e a própria Conselheira Rosângela estaria presente, que eu acho que é importante, ela que está coordenando todo esse trabalho, e o Pleno em aprovando isso a gente agendaria com a comissão várias audiências com autor e relator para estar discutindo e acordando essas alterações se o Pleno entender que são necessárias. Tem um documento que a Conselheira encaminhou justificando um pouco essa demanda da comissão que está também no servidor que nós colocamos. Então, por exemplo, eu não vou ler o documento, mas vou colocar algumas questões. O projeto original ele tinha uma redação que ele colocava. “Considera-se produtos de saúde, aí citava, órteses, próteses, bolsas coletoras, e equipamentos médicos, bem como outros insumos.” No substitutivo tirou esse “bem como outros insumos.” Ficou limitado a órteses, próteses e bolsas coletoras e equipamentos médicos. Então, por exemplo, ela teve uma reunião com os albinos e eles entendem que filtro solar para eles é um insumo, é um medicamento fundamental para a vida deles, e que do jeito que está no projeto isso não seria contemplado, isso é um exemplo, mas tem vários outros. Tem alguns medicamentos que o projeto fala que a partir do projeto sendo aprovado, tudo teria que estar nos protocolos do Ministério da Saúde. Tem vários medicamentos que não estão no protocolo. Então assim, algumas questões que teria que trabalhar para não ter nenhum prejuízo para nenhum segmento da sociedade, para nenhuma das áreas da saúde que estariam sendo contempladas, bem como essa questão de como o prazo para fazer o protocolo do que ainda não existe, trabalhar algumas questões.” E transcrita integral sua segunda fala do ponto em questão; “Bem, nós temos um resumo Já feito pela nossa assessora parlamentar que está no servidor de vocês, e tem um documento prévio da Conselheira Rosângela que fez algumas considerações. Talvez o que pudéssemos fazer é mandar para todos os Conselheiros e membros de comissão para avaliar junto com o projeto de lei, avaliar tudo, e todos que tiverem alguma sugestão encaminham para a gente. Eu queria que a Comissão de Patologia ficasse responsável, porque alguém tem que coordenar o trabalho. Como a Comissão de Patologia já está há muito tempo discutindo esse projeto, preocupada e se debruçou sobre ele, a gente manda para todos, dá um prazo e todos retornam, a gente encaminha para a Comissão de Patologia que fecharia uma proposta e traria para o Pleno. Eu não sei se na reunião que vai trazer para o Pleno é a reunião que deve chamar o parlamentar e o Ministério. Eu acho que não, eu acho que trazendo para o Pleno o Pleno delibera sobre sua proposta que seria a princípio em julho, e aí em agosto o Pleno já tendo uma deliberação e já tendo consenso no Pleno a gente convida tanto parlamentar quanto o Ministério da Saúde, porque nós temos que ter uma posição única para poder apresentar. Então talvez a gente traga para o Pleno em julho, e em agosto traga os convidados, porque dá prazo de fazer isso, tendo em vista o recesso parlamentar.” E uma terceira fala da Secretária-Executiva do CNS vai transcrita integralmente: “Essa comissão nunca se reuniu. O Presidente entende que o coordenador dessa

comissão colocou que nunca reuniu, porque o Pleno não demandou nada para a comissão e vai reunir quando tiver alguma demanda do Pleno para a comissão.” E uma quarta fala também vai aqui transcrita integralmente:” Sim, nós podemos colocar para o coordenador. Agora assim, pode ficar com a patologia que já está coordenando esse debate e já tem todo o acúmulo para fechar?”

MANIFESTAÇÕES: O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva** ressaltou que o Projeto de Lei em referência surge de um acordo dos Senadores Tião Vianna e Flávio Arns, além de ser de grande importância para alguns dos temas debatidos na reunião da parte da manhã. A Conselheira **Ana Cristhina de Oliveira Brasil** destaca que no substitutivo o termo “equipamentos médicos” deixa o texto vago e que isso precisa ser visto com cuidado. O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva** acredita que a parte de medicamentos e tecnologias está contemplada no projeto. A Conselheira **Ana Cristhina de Oliveira Brasil** ponderou que se trata dos equipamentos e não do seu uso. O Conselheiro **Volmir Raimondi** recordou que hoje não se entrara profundamente nas questões e passou a palavra para a Conselheira **Cleuza**. A Conselheira **Cleuza de Carvalho Miguel** colocou que o termo “insumos” é abrangente e que dentro disso o Conselho poderia dar a sua contribuição dentro de cada patologia. O Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos** lembrou que PLS pretende mudar a LOAS e que isso pode gerar um novo SUS já que mexe em sua Lei Orgânica. Esse debate pela sua abrangência deve ser levado ao Pleno do CNS e ao conjunto das Comissões. Ponderou ainda que por conta das eleições haverá mais tempo para se debater melhor este tema. O Conselheiro **Volmir Raimondi** propôs remeter este assunto para todas as comissões do CNS por e-mail e que seja mantida esta pauta de discussão para o mês de julho. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur** sugeriu que se convide o Senador Flávio Arns e alguém da Câmara Federal, além do MS. O Conselheiro **Ronald Ferreira dos Santos** sugeriu o nome de Eduardo Azeredo. O Conselheiro **Volmir Raimondi** ponderou que isso poderá ser estudado pela Mesa Diretora para que se chegue à melhor proposta. A Conselheira **Graciara Matos de Azevedo** lembrou que a maioria dos membros das Comissões não participam do Pleno e que por isso seria interessante informar a todos o que foi discutido nessa e em outras reuniões. **Rozângela Fernandes Camapum – Secretária-Executiva do CNS** – reiterou a disponibilidade do relatório elaborado pela Assessora Parlamentar do CNS a respeito e se comprometeu em enviá-lo a todos os conselheiros e membros de comissões. E reafirmou a proposta de que a Comissão de Patologia seja a coordenadora do assunto e que em julho traga o debate para o Pleno e em agosto, os convidados sejam ouvidos. O Conselheiro **Jurandi Frutuoso Silva** sugere que o relator do PL seja convidado. O Conselheiro **José Caetano Rodrigues** perguntou acerca da situação da Comissão de Patologia que trataria desse assunto. **Rozângela Fernandes Camapum** respondeu que essa nunca se reuniu por falta de demanda. O Conselheiro **José Caetano Rodrigues** ponderou que agora há uma demanda e de grande importância. **Rozângela Fernandes Camapum** afirmou que isso pode ser discutido, mas indagou se isso poderia continuar com a Comissão de Patologia. O Conselheiro **Volmir Raimondi** afirmou que a proposta não é tirar ninguém do debate, mas definir um coordenador. A Conselheira **Cleuza de Carvalho Miguel** afirmou que a idéia seria contar com a contribuição de todos para o debate. O Conselheiro **Volmir Raimondi** pediu para que a pergunta do Conselheiro **José Caetano Rodrigues** acerca da situação do assunto em pauta fosse refeita, mas agora para o Presidente do CNS. O Conselheiro **José Caetano Rodrigues** ponderou que o assunto em tela é também da alçada da Comissão para Assistência Farmacêutica e indagou se a mesma está trabalhando no assunto. E solicitou que se a referida Comissão não estiver pautando a temática que seja acionada para discutir e encaminhar sobretudo nesse particular. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior** respondeu que o ideal para o Conselho Nacional de Saúde seria convidar o relator do PL para apresentar o Projeto de forma mais tranquila, e de forma mais clara, tirar dúvidas inclusive do plenário a respeito de algumas questões que existem no projeto. E se for o caso através da Comissão apresentar propostas julgadas importantes pela Comissão e pelo Conselho também. E, portanto, ponderou não ver nenhuma necessidade de pautar o assunto na Comissão para Assistência Farmacêutica. O Conselheiro **Volmir Raimondi** orientou que o Pleno estava direcionando o encaminhamento para que todos os Conselheiros conhecessem a proposta, dessem suas contribuições, e fosse mantido o fechamento das propostas internas para julho na 211ª. Reunião Ordinária, e em agosto ouvir-se os convidados, relator do PL, o senador, deputado. E consultou o Pleno que aprovou o encaminhamento. **DELIBERAÇÃO: - Aprovado: 1.** Encaminhar aos Conselheiros e comissões do CNS cópia digital do **PL do Senado nº. 338, de 2007 – medicamentos** acompanhado da resenha elaborada pela Assessoria Parlamentar do CNS e pela Comissão Intersetorial de Pessoas com Patologias para apresentação de propostas; **2.** Determinar que a Comissão de Pessoas com Patologias faça o condensado das propostas e apresente a redação de alteração a ser feita no **PL do Senado nº. 338, de 2007 – medicamentos** para apresentação ao Pleno, em reunião ordinária do mês de julho; **3.** Encaminhar convite às autoridades e ao relator do referido PL para participação em reunião do CNS do mês de agosto. **Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS**, informou ao Pleno de solicitação de adiamento da apreciação do subitem letra “B” - **GT/RJ** para o dia 09 de junho, por ocasião da 211ª. Reunião

Ordinária. O Conselheiro **José Marcos de Oliveira** justificou o pedido informando que os membros do **GT/RJ** não tiveram oportunidade de reunirem-se para apreciação da redação final do relatório, e acrescentou que o assunto seja tratado no período da tarde. Aprovado o adiamento de pauta. Passou-se ao subitem letra “C” Informe da Comissão de Hanseníase – CIEH. O Conselheiro **Artur Custódio Moreira de Souza**, relator da Comissão de Hanseníase, informou sobre proposta de alternância entre Coordenação e Adjunto, e também da CIEH pretender implementar a idéia do CNS de ir até os estados para saber a situação desses em relação a hanseníase. O Conselheiro **Volmir Raimondi** consultou o Pleno quanto ao primeiro ponto – mudança de Coordenação da CIEH; foi aprovado. E quanto ao segundo ponto – visita aos estados para levantamento da situação da hanseníase – informou que a CIEH deverá apresentar um plano específico de trabalho à Mesa Diretora do CNS que deliberará posteriormente sobre o assunto pois envolve questão orçamentária. **DELIBERAÇÃO: - Aprovado:** 1. Mudança de Coordenação da Comissão Intersetorial de Eliminação da Hanseníase: Coordenador **Artur Custódio Moreira de Souza** e Coordenador-Adjunto **Geraldo Adão dos Santos**; 2. O ponto dois do informe da CIEH será deliberado na Mesa Diretora do CNS. Passou-se ao subitem letra “D” – Indicação de Coordenação Adjunta de Comissão de Educação Permanente. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur** informou que a Comissão está indicando o nome do Conselheiro **Volmir Raimondi**. O Plenário aprovou. **DELIBERAÇÃO:** Aprovado pelo CNS a indicação do Conselheiro **Volmir Raimondi** para a Coordenação-Adjunta da Comissão de Educação Permanente. A Conselheira **Jurema Pinto Werneck** apresentou proposta de indicação do Conselheiro **Arnaldo Marcolino** para a Coordenação Adjunta da Comissão Intersetorial de Saúde Integral da População Negra. **MANIFESTAÇÕES:** O Conselheiro **Clóvis Adalberto** argumentou que por uma questão regimental a mudança de conselheiro implica em publicação no DOU, não sendo possível a indicação de alguém à condição de Coordenação Adjunta de Comissão sem que este esteja oficialmente no CNS. **Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS**, esclareceu que o procedimento mudou por conta da quantidade de mudança dos conselheiros, agora manda-se uma lista após um ou dois meses. O Conselheiro **Volmir Raimondi** submeteu ao Pleno a indicação que foi aprovada. **DELIBERAÇÃO:** Aprovado pelo CNS a indicação do Conselheiro **Arnaldo Marcolino** para a Coordenação-Adjunta da Comissão Intersetorial de Saúde Integral da População Negra. Passou-se à apreciação do subitem “E” **Informes e Indicações.** **Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS**, quanto à IV Conferência de Saúde Mental, 27/06 à 01/07, esclareceu que estão disponíveis 48 vagas para conselheiros do CNS, que terão as despesas de passagem custeadas pelo CNS e de hospedagem pela Conferência e 25 vagas disponíveis para entidades com custeio de hospedagem pelo Ministério da Saúde. Informou que foi encaminhado aos conselheiros um e-mail solicitando a sua confirmação de presença, pois a intenção é em caso de não preenchimento dessa vagas por conselheiros do CNS que sejam disponibilizadas a Coordenadores de Plenárias Estaduais de Saúde. Os conselheiros que confirmaram até o momento: Edmando Luiz Saunier de Albuquerque, Ana Cristhina de Oliveira Brasil, Luiz Fernando Correa, Sidnei Rodrigues de Faria, Wilson Valério da Rosa Lopes, Ronald Ferreira dos Santos, Lucimar Batista da Costa, José Caetano Rodrigues, Sebastião Geraldo Venâncio, Edemilson Canale, Maria Laura Bicca, Geraldo Alves Vasconcelos, Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Ruth Ribeiro Bittencourt, Lérida Maria dos Santos Vieira, Marisa Furia Silva, Renato de Jesus Padilha, Elias Rassi Neto, Sandra Regis, José Marcos de Oliveira, Gilson Silva, Fernanda Lou Sanz, Frei Luiz Carlos, Maria Thereza Almeida Antunes, Marcos Gonçalves, Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos, Arnaldo Marcolino, Alexandre Magno, Artur Custódio Moreira de Souza, Jorge Venâncio, (...), (...), (...), (...). Total de 33 Conselheiros do CNS confirmados restando 15 vagas em aberto. Apresentou proposta de repasse das 15 vagas em aberto para os 25 Coordenadores de Plenárias Estaduais de Saúde. O Conselheiro **Volmir Raimondi** submeteu a proposta ao Plenário e foi aprovada. **DELIBERAÇÃO:** 1. Das 48 vagas para Conselheiros do CNS ficam preenchidas 33, ficando 6 vagas para os Coordenadores de Plenária e 9 vagas foram retornadas para a Comissão Organizadora da IV CNSM. 2. Das 25 vagas para as Entidades Nacionais do CNS os Usuários ficaram de indicar 13, trabalhadores 6, gestores 2 e retornar para a Comissão Organizadora da IV CNSM 4 vagas. As Entidades e suas representações serão entregues a SE/CNS até o dia 10/06/2010. **Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS**, solicitou do Plenário do CNS indicações de participação em Painéis e Coordenação de Mesa. **DELIBERAÇÃO:** Foram indicados para painelistas e coordenação de mesa: 1. Solenidade de Abertura – **Carmem Lúcia Luiz**; 2. 1ª. Mesa: “Saúde Mental e Políticas de Estado - Pactuar Caminhos Intersetoriais” – Coordenadora da Mesa: **Maria Erminia Ciliberti**; 3. Participação Social, Formulação de Políticas e Controle Social – **Alexandre Magno Lins Soares**; 4. Formação e Educação Permanente de Pesquisa e Saúde Mental – **Maria Goretti David Lopes**; 5. Gestão do Trabalho em Saúde Mental – **José Naum de Mesquita Chagas**; 6. Orientação Sexual e Identidade e Gênero – **Maria de Lourdes Alves Rodrigues**; 7. Cotidiano do Serviço, Trabalhadores, Usuário, Família e Cuidado – **Milton Freire**; 8. Garantia de Acesso e iniquidade – **Carmem Lúcia Luiz**; 9. Seguridade Social – **Ruth Ribeiro Bittencourt**; 10. Plenária Final – **Maria Thereza Almeida Antunes**; **Carmem Lúcia Luiz**, **José Naum de Mesquita**

Chagas. Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS, encaminhou proposta realização de Stand do CNS no Congresso da Rede Unida e realização de duas oficinas: Controle Social e Sistemas Universais de Seguridade Social. Foi solicitada para a Oficina de Controle Social a indicação de Ruth Ribeiro Bittencourt e Ana Cristhina Oliveira Brasil do segmento dos Trabalhadores e a indicação de dois representantes dos Usuários. **DELIBERAÇÃO:** Aprovado Stand do CNS no Congresso da Rede Unida, bem como a realização de duas oficinas: Controle Social e Sistemas Universais de Seguridade Social. Para a Oficina do Controle Social participarão Ruth Ribeiro Bittencourt e Ana Cristhina Oliveira Brasil, os usuários farão a indicação de dois representantes até o dia 20/06/2010. Para a Oficina de Sistemas Universais de Seguridade Social a Comissão Organizadora da Conferência Mundial fará as indicações. **Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** solicitou indicações de participações na **Expo-Trabalho e Educação na Saúde** a realizar-se de 19 a 21 de julho. **DELIBERAÇÃO:** Foram indicados: Usuários: **Rosângela da Silva Santos,** Trabalhadores: **José Naum de Mesquita Chagas, Wilen Heil e Silva e Noelma Sandra da Silva Santos. Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** solicitou indicações para o Fórum Social das Américas. **DELIBERAÇÃO:** Foram indicados: **Usuários: Marisa Furia Silva e José Marcos Oliveira,** Trabalhadores: **Francisco Batista Júnior, Ruth Ribeiro Bittencourt e Graciara Matos de Azevedo** e a Assessora Técnica: **Verbena Lúcia Melo Gonçalves. Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** solicitou indicações para a **I Feira Nacional de Gestão Estratégica e Participativa – FENAGEP. DELIBERAÇÃO:** Foram indicados os conselheiros: **José Naum de Mesquita Chagas e Maria Ermínia Ciliberti. Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** solicitou indicações para o **III Congresso Brasileiro de Prevenção das DST e AIDS. DELIBERAÇÃO:** Foi indicado o Conselheiro **José Marcos de Oliveira. Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** solicitou indicações para o **Seminário “Saúde, Direitos Humanos e Relações Internacionais”. DELIBERAÇÃO:** Foi indicada a Conselheira **Jurema Pinto Werneck. Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** solicitou indicações para a **18ª Conferência Internacional sobre AIDS. DELIBERAÇÃO:** Foi indicado o Conselheiro **José Marcos de Oliveira. Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** solicitou indicações para o **4ª Encontro Nacional da Rede Nacional de Saúde do Trabalhador – RENAST. DELIBERAÇÃO:** Foi indicada a Conselheira **Maria Izabel da Silva. Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** apresentou os seguintes INFORMES: 1 - Que foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 21 de maio de 2010, seção 1, fica decretado o crédito suplementar para o funcionamento do CNS, no valor de R\$ 1.291.910,00. 2 - Que foi publicado no Diário Oficial da União, no dia 25 de maio de 2010, seção 1, fica convocada a I Conferência Mundial sobre o Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social. 3 - O Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC comunica o seu desligamento da Comissão Permanente de Vigilância Sanitária e Farmacovigilância. 4 - O ex-conselheiro Carlos Duarte, Presidente do Conselho Estadual de Saúde do Rio Grande do Sul, passou um e-mail que chegou à Secretaria-Executiva e a vários usuários também, colocando que ele apresentou uma demanda aqui no Conselho Nacional de Saúde sobre a situação dos Conselhos Municipais do Estado do Rio Grande do Sul, que alegava não ter sido respondida. Informamos que a Mesa Diretora deliberou pelo encaminhamento ao DENASUS, para que se instalasse uma auditoria nos Conselhos de Saúde do Rio Grande do Sul para verificar os fatos, e encaminhamos também ao Ministro da Saúde para ele tomar conhecimento daquele assunto. E, retornamos ao Presidente do Conselho de Saúde do Rio Grande do Sul, informando que as decisões do Conselho até o momento são essas. Estaremos encaminhando ofício ao Senhor Carlos Duarte dando ciência dos encaminhamentos dados pela Mesa Diretora do CNS a respeito. **DELIBERAÇÃO: Aprovados.** O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur** apresentou informe sobre o GT Resolução CNS no. 333 dando ciência ao Pleno de que o GT reuniu-se e está solicitando pauta para a 211ª. Reunião Ordinária do CNS. A Conselheira **Graciara Matos Azevedo** apresentou informe sobre Projeto de Lei a respeito da Reforma Universitária, que tramita no Congresso Nacional e que trata de formação de recursos humanos da saúde, dando ciência ao Pleno que o debate do mesmo está fluindo inclusive hoje às 14h30 a Comissão Especial da Reforma Universitária que discute o PL 4212 de 2004, reuniu-se para discutir e votar o parecer do relator, o deputado Jorginho Malule do DEM de São Paulo. A Conselheira ponderou da necessidade do Pleno demandar da CIRH que promova o debate imediatamente e posteriormente se faça como é do costume, ou seja, convidar o relator do PL para que possa ouvir as contribuições do Pleno do CNS. **Rozângela Fernandes Camapum, Secretária-Executiva do CNS,** informou à Conselheira **Graciara Matos Azevedo** que no dia 09 de junho, na pauta da 210ª. Reunião Ordinária está previsto um momento de encontro com parlamentares e o Presidente do CNS fará uma abertura ressaltando os diversos Projetos de Lei que são prioritários ao CNS e sugeriu que se o referido PL da Reforma Universitária não for contemplado que a Conselheira manifeste-se no debate reafirmando o que aqui foi colocado. A Conselheira **Graciara Matos Azevedo** apresentou um segundo informe dando ciência de sua participação em mesa redonda no Congresso de Odontologia na Paraíba em Campina Grande,

dia 18 de junho, ao lado de Ana Hadad e outros, discutindo sobre formação, sobre análise dos processos de abertura, reconhecimento e renovação de cursos e sobre Resolução CNS no.350. A Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos** apresentou solicitação de autorização do CNS para sua participação como representante do CNS na 10ª. CONFERÊNCIA DA CEPAL, 11 A 16 DE JULHO, EM BRASÍLIA. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur** observou que o Regimento Interno do CNS autoriza a participação de conselheiros em eventos quando estes tem a oportunidade de pronunciamento, e sugeriu que a Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos** entrasse em contato com a Comissão Organizadora do pleiteado evento para que possa ter uma palavra em nome do CNS. **Rozângela Fernandes Camapum**, Secretária-Executiva do CNS, esclareceu que a respeito também temos o procedimento de autorizar a participação em eventos considerados casos especiais e de importância avaliados por este Pleno. A Conselheira **Jurema Pinto Werneck** corroborou à proposta da Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos** ressaltando a importância do evento da CEPAL que oportuniza à sociedade civil e à diversos organismos a possibilidade de influenciar a agenda e a visão dos estados nacionais. A Conselheira **Maria de Lourdes Alves Rodrigues – LGBT** apresentou o seu apoio à proposta de representação do CNS no evento da CEPAL pela Conselheira **Maria do espírito Santo Tavares dos Santos**. A Conselheira **Ruth Ribeiro Bittencourt**, em nome dos trabalhadores, ratificou a importância do evento em tela e registrou o seu apoio à Proposta da Conselheira **Maria do espírito Santo Tavares dos Santos**. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur – CNBB** esclarece que não levantou questão de mérito, mas observou que há uma necessidade de um critério para participação do CNS em eventos, porque eventos importantes ao SUS teremos sempre. O Conselheiro **Volmir Raimondi** apresentou encaminhamento e o CNS considerou que o evento da CEPAL é diferenciado e de importância a participação do CNS com representação. **DELIBERAÇÃO:** Aprovada autorização do CNS para que a Conselheira **Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos** represente o CNS na 10ª. Conferência da CEPAL, 11 a 16 de julho, em Brasília. O Conselheiro **Nadir Francisco do Amaral – FENAFAL** informou que dia 30 de junho a Coordenação de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde vai lançar web site para todo o Brasil com informações sobre anemia falciforme, o que representa uma vitória para as pessoas portadoras e para nós trabalhamos nessa área. A Conselheira **Ruth Ribeiro Bittencourt – CFESS** informou sobre Movimento dos Fóruns Populares em defesa da ADIN que Contesta a Legalidade das OS's e convidou as entidades a assinarem do abaixo assinado em apoio ao referido movimento. O Conselheiro **José Caetano Rodrigues – CNTS** apresentou informe dando ciência ao CNS de sua participação no dia de hoje, 08 de junho, de um debate no Senado Federal em audiência pública do PL 451, que trata da admissão de profissionais de Saúde formados no exterior aqui no Brasil para o trabalho excepcional em municípios carentes. O Conselheiro manifestou a sua preocupação quanto ao conteúdo do referido PL, solicitando que o mesmo seja colocado em futura pauta do CNS e que o seu relator Senador **Mão Santa** seja também convidado a ouvir as contribuições deste Plenário. A Conselheira **Jurema Pinto Werneck** informou que entre os dias 18 e 21 de maio aconteceu em Atlanta nos Estados Unidos uma reunião bilateral Brasil e Estados Unidos, continuidade a uma iniciativa, uma cooperação que os dois países desenvolvem desde 2008, no sentido de desenvolver políticas de promoção da igualdade racial de troca de experiências. E ali foi debatido o tema da Saúde da População Negra. O mais importante é relatar que essa política que teve sua aprovação neste Pleno por unanimidade foi considerada pelas autoridades norteamericanas da área da saúde como uma informação muito boa, uma experiência muito boa do Brasil. O Conselheiro **José Marcos de Oliveira** apresentou relato de tentativa frustrada de concretizar a reunião da Comissão de Saúde Suplementar devido a uma série de fatores, mas ressaltou que o mais marcante na realidade é o próprio esvaziamento da Comissão. Solicitou ao Pleno do CNS que possa demandar a Comissão de Saúde Suplementar sensibilizando-se em relação ao tema. O Conselheiro ponderou a respeito das demandas trazidas ao CNS se as mesmas transversalizam ou congregam com a Agenda Política do CNS, manifestando sua preocupação quanto a possibilidade de percepção futura de uma pauta que se distancia dos princípios defendidos pelo CNS. A Conselheira **Jurema Pinto Werneck** lembrou a todos que a Agenda Política do CNS com suas temáticas foi pautada para todas as Comissões do CNS. O Conselheiro **Clóvis Adalberto Boufleur** apresentou informe a respeito do Congresso CONASEMS que em sua opinião foi uma oportunidade de grande relevância para os Conselheiros que circularam pelo Congresso com mesas e oficinas para apresentando o controle social, igualdade de gênero e direitos humanos. E ressaltou que houve participação dos três presidenciáveis e ponderou ser interessante aos Conselheiros tomarem conhecimento dos pronunciamentos feitos na ocasião, pois foram apresentadas propostas que não tem a ver só com a gestão, tem a ver também com controle social e participação dos conselhos, apesar de ser menor no pronunciamento dos presidenciáveis a questão do SUS. O Conselheiro **Luiz Aníbal Vieira Machado – CGTB** registrou solicitação de pauta à Mesa Diretora para a questão de Perícia Médica. A Conselheira **Maria de Lourdes Alves Rodrigues – LGBT** complementou o informe sobre o Congresso do CONASEMS, ressaltando a repercussão da Oficina sobre Diversidade de Sujeitos e Igualdade de

Direitos no SUS ocorrida no Congresso sob a direção do CONASEMS. Destacou a notícia principal: “O congresso debate a promoção da equidade.” Manifestou assim sua satisfação com o resultado da oficina que ao fim produziu uma Carta endereçada à Presidência do CONASEMS com Dez Pontos. E solicitou ao Pleno que se registre em ata da 46ª. Reunião Extraordinária a Carta com Dez Pontos endereçada à Presidência do CONASEMS como um marco importante deste Conselho no Congresso com as Secretarias Municipais de Saúde e também pediu a inclusão na Agenda Política do CNS do tema sobre diversidade de sujeitos e igualdade de direitos no SUS. O Conselheiro **Volmir Raimondi** informou que quanto ao documento constar na ata, pode se constar que ele foi citado aqui, e o documento ser um anexo da nossa ata de hoje. Entretanto, quanto à inserção na Agenda Política do CNS solicitou ao Presidente do CNS o esclarecimento. O Conselheiro **Francisco Batista Júnior** ponderou que a Agenda Política do CNS é documento que foi realizado na Caravana Nacional em Defesa do SUS e pactuado com CONASS, CONASEMS e Ministério da Saúde, portanto, fechado. No entanto, o CNS vai dar apoio à proposta da promoção da equidade e na construção e viabilização da política. A Conselheira **Jurema Pinto Werneck** manifesta a sua compreensão, mas defende que Agenda Política do Conselho é mais do que um documento e propõe que o Conselho Nacional de Saúde deixe claro perenemente nos seus pronunciamentos públicos o seu compromisso com a promoção da equidade. O Conselheiro **Volmir Raimondi** complementou o informe do Conselheiro **Clóvis**, registrando que na Oficina de Controle Social, no Congresso do CONASEMS, também foi aprovada uma Carta sobre Educação Permanente que não será lida aqui, mas que poderá ser anexada à ata desta reunião. A Conselheira **Maria de Lourdes Alves Rodrigues – LGBT** sugere que as referidas cartas sejam publicizadas no portal do CNS. A Conselheira **Ruth Ribeiro Bittencourt** apoiou a proposta de publicizar as cartas no Portal do CNS. O Conselheiro **Volmir Raimondi** apresenta o encaminhamento no sentido de que a Comissão de Educação Permanente ou a Assessoria Técnica tome o encargo de inserir todo esse material do CONASEMS no Portal do CNS.

DELIBERAÇÃO: Que a Comissão de Educação Permanente ou a Assessoria Técnica tome o encargo de inserir todo esse material (Cartas) do CONASEMS no Portal do CNS. A Conselheira **Zilda de Faveri Vicente Souza** foi convidada a fazer um pronunciamento encerrando os trabalhos da 46ª. Reunião Extraordinária do CNS que vai aqui transcritos em seus termos: “quero agradecer a Deus por esse momento, por cada um de vocês aqui, pela presença de vocês, pela oportunidade que eu estou tendo de aprender com cada um de vocês, agradeço de todo o meu coração. É isso que eu quero dizer, aos internautas o nosso abraço, nossos cuidadores, nossos profissionais da Saúde, aos nossos gestores, a tanta gente que está unida, cada um com sua função e cada um com sua dedicação, e enfim que sejam todos muito abençoados por Deus.”

ENCERRAMENTO – Nada mais havendo a tratar, o Presidente do CNS, **Francisco Batista Júnior** encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos. Estiveram presentes os seguintes *Conselheiros Titulares*: **José Marcos Oliveira; Maria Thereza Almeida Antunes; Jurema Pinto Werneck; Maria do Espírito Santo Tavares dos Santos; Artur Custódio Moreira de Sousa; Maria de Lourdes Alves Rodrigues; Edemilson Canale; João Donizeti Scaboli; Jorge Alves de Almeida Venâncio; José Carrijo Brom; Abrahão Nunes da Silva; Wilen Heil e Silva; José Caetano Rodrigues; Fernanda Lou Sans Magano; Ruth Ribeiro Bittencourt; Cleuza de Carvalho Miguel; Zilda de Faveri Vicente Souza; Francisco Batista Júnior; Geraldo Alves Vasconcelos Filho; Clóvis Adalberto Bouffleur; José Rubens Rebelatto; Volmir Raimondi; Antônio Alves Souza.** *Conselheiros Suplentes Presentes*: **Jurandi Frutuoso Silva, Ronald Ferreira dos Santos, 1º. Suplente - FENAFAR; Graciara Matos de Azevedo, 1º. Suplente - Conselho Federal de Odontologia; Valdenir Andrade França, 1º. Suplente, Coordenação das Organizações indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB); Luiz Alberto Catanocce, 1º. Suplente – SINDNAP; Ana Cristhina de Oliveira Brasil, 1ª. Suplente – FENAFITO; Ana Maria Rodrigues da Silva, 1ª. Suplente – CMB; Paulo César Augusto de Souza, 1º. Suplente – CFMV; Edmundo Luiz Saunier, 1º. Suplente – ABRA; Wilson Valério da Rosa Lopes, 1º. Suplente CONAM; Valdenir Andrade França, 1º. Suplente COIAB; Sebastião Geraldo Venâncio, 1º. Suplente PSN; Maria Goretti David Lopes, 1º. Suplente ABEN; Luiz Anibal Vieira Machado, 2º. Suplente CGTB; Juarez Pires Sousa, 1º. Suplente ABRALE; Tania Maria Onzi Pietrobelli, 1º. Federação Brasileira de Hemofilia; Nadir Francisco do Amaral, 1º Suplente FENAFAL; Conceição Aparecida Accetturi, 2º. Suplente SBPPC; Nelson Augusto Mussolini, 1º. Suplente CNI; Jovita José Rosa, 2º. Suplente UNASUS; Reginaldo N. Gomes, Suplente do Fórum de Presidentes de Conselhos Distritais de Saúde Indígena.**